

BNDES decide antecipar em 20 anos pagamento da dívida com a União

Por Fabio Graner | De Brasília

A diretoria do BNDES aprovou, em sua reunião mais recente, duas medidas que ajudarão a conter a dívida bruta do governo: a devolução em agosto dos R\$ 70 bilhões que faltavam de R\$ 130 bilhões solicitados pelo Tesouro Nacional para 2018 e a antecipação em 20 anos do cronograma de pagamento da dívida remanescente da instituição financeira com o governo federal, segundo apurou o Valor. A medida ainda depende da aprovação do conselho de administração do BNDES, o que deve ocorrer até o fim do mês.

A antecipação em 20 anos do cronograma de pagamentos da dívida remanescente - algo em torno de R\$ 250 bilhões - fará o prazo final da dívida cair de 2060 para 2040. Com isso, o fluxo de desembolso nos próximos cinco anos será bem maior. Sai de cerca de R\$ 4 bilhões para R\$ 25 bilhões, já em 2019. Nos anos seguintes, os desembolsos cairão gradativamente, mas nos primeiros exercícios ainda ficarão acima de R\$ 20 bilhões.

Em cinco anos, portanto, os retornos aos cofres do governo federal gerados por essa antecipação do cronograma devem superar os R\$ 100 bilhões - mais de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse montante será usado

para baixar o nível da dívida bruta do governo geral.

Considerando um cenário de evolução da dívida divulgado pelo Tesouro em abril, quando foi anunciado pagamento da primeira tranche de R\$ 30 bilhões do pré-pagamento de R\$ 130 bilhões deste ano, a dívida bruta se estabilizaria em 79,6% do PIB em 2024. Nessa conta, não estava contabilizada a antecipação de 20 anos. Ou seja, uma conta simples apontaria que a medida aprovada pela instituição financeira vai levar a uma estabilização da dívida num patamar em torno de 78% do PIB em 2024.

Cenários mais recentes do governo apontam que a dívida chegaria, entre 2023 e 2024, a níveis que variam de 82% a 84% do PIB. Alguns analistas apontam que valores acima de 80% em países emergentes são extremamente preocupantes. Dessa forma, uma redução de 1,5 ponto porcentual nesse índice, como a antecipação em 20 anos vai gerar, é uma ajuda não desprezível.

Outros pontuam que mais importante que o nível é a trajetória da dívida. Assim, além de reduzir seu patamar, as devoluções também desaceleram o ritmo de alta desse indicador de solvência e antecipam sua estabilização.

É claro que outros fatores afetam a evolução da dívida. Recentemente,

esse indicador subiu mais rapidamente por conta dos prejuízos que o Banco Central teve com a desvalorização cambial gerada pelas operações de swap em abril e maio. Nesse caso, a dívida saltou de 75,3% do PIB, em março, para 77% do PIB, em maio deste ano, conforme os dados mais recentes do Banco Central, que parou de divulgar sua projeção para o indicador depois que sua estimativa mais pessimista que a do mercado no fim do ano passado foi questionada.

Pelo que foi aprovado na diretoria do BNDES, o cronograma de antecipação que valerá a partir de 2019 terá uma regra na qual a dívida é anualmente corrigida pela Taxa de Longo Prazo (TLP), mas limitada a 6%. Se a taxa do ano for maior que os 6%, a diferença será jogada para ser paga no último ano do cronograma - dessa forma, 2040.

O comando do BNDES tinha sobre a mesa uma proposta alternativa de antecipar a devolução em 15 anos, mas que não tinha essa trava de 6% nos juros. Por isso, optou-se pelos 20 anos.

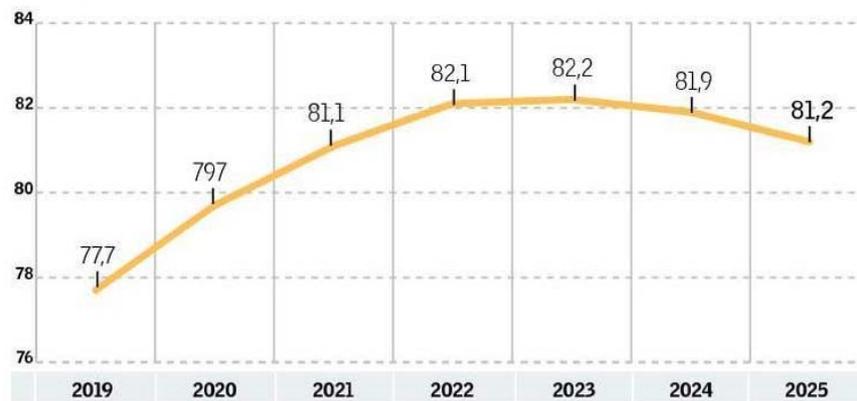
A visão interna na instituição é que, com esses dois movimentos aprovados, a capacidade anual de empréstimos se estabilizará entre 1% e 1,2% do PIB. E se houver maior demanda por crédito, o banco vai reforçar fontes alternativas de captação de recursos, como a





Dívida bruta

Evolução em % do PIB



Fonte: Ministério do Planejamento; Obs.: cenário não contempla a antecipação de 20 anos do cronograma da dívida, mas considera o pagamento de R\$ 130 bilhões do BNDES ao Tesouro neste ano e crescimento do PIB de 2,3% ao ano

emissão de Letras Financeiras, realizada pela primeira vez em maio e que teve uma demanda quase nove vezes maior do que o R\$ 1,7 bilhão captado.

Outra fonte de recursos para o banco deverá ser a securitização (venda a terceiros) da carteira de crédito vinculada à TLP, mas a leitura no banco é que esse instrumento só será viável após cinco anos de vigência, quando haverá volume de crédito relevante para ser vendido a outras instituições.

Eleição 'segura' verba do BNDES para área de segurança pública

Por Francisco Góes | Do Rio



Flávio Basílio, secretário nacional de segurança pública: liberação dos recursos precisará esperar o término das eleições.

O programa do BNDES de apoio à Segurança Pública está atrasado em sua implementação por dificuldades operacionais do governo e agora, em função do calendário eleitoral, não terá como liberar recursos até outubro de 2018, quando serão realizadas as eleições.

O apoio do governo federal - via BNDES - a Estados e municípios nessa área previu investimento de R\$ 42 bilhões em cinco anos, dos quais R\$ 5 bilhões poderiam ser aplicados ainda neste ano. Do montante estimado para 2018, R\$ 4 bilhões podem ser repassados pelo banco, via agentes, para a compra de equipamentos, e R\$ 1 bilhão compõe a linha Finem Segurança Pública, voltada para projetos "estruturantes".

O plano original do governo

federal - via Ministério Extraordinário da Segurança Pública (MESP) - era lançar, em 4 de junho, o edital com os produtos financiáveis e os respectivos valores de referência, a chamada "ata de registro de preço", para permitir a compra dos itens por Estados e município, de forma que não precisem fazer novas licitações. Agora, a previsão do MESP é que o edital seja lançado ainda julho.

Flávio Basílio, secretário nacional de segurança pública do MESP, disse que, uma vez lançado o edital, a contratação das operações por parte de Estados e municípios junto aos agentes financeiros do BNDES poderá ocorrer "normalmente". Mas a liberação dos recursos precisará esperar o término do período eleitoral.

Basílio observou que, como se trata de um programa novo, com o qual o banco não operava, foi necessário fazer, inicialmente, uma padronização dos produtos que poderão ser financiados. São cinco itens - veículos, coletes balísticos, miras holográficas, armas de choque e drones -, que, em uma segunda etapa de compras, poderão ser ampliados para 16 produtos.

Basílio disse ainda que o MESP fez consultas sobre a demanda relacionada ao programa, e surgiram dúvidas. Um dos pontos é que as intenções de compra de Estados e municípios precisam ser registradas

no Comprasnet, portal de compras do governo federal. Até agora, 15 Estados manifestaram interesse na aquisição do material e outros nove estão em processo, informou Basílio.

Entre os Estados que já estavam inseridos nas atas de registro de preço estão Acre, Ceará, Maranhão, Pará, Rondônia e Sergipe, além do Distrito Federal e das prefeituras de Campo Grande (MS), Belo Horizonte (MG) e Belém (PA). Porto Alegre (RS) é uma das prefeituras interessadas no programa.

"Precisamos entender melhor o programa", disse Kleber Senisse, secretário municipal de segurança pública da capital gaúcha. Porto Alegre tem interesse, sobretudo, em itens que envolvam base tecnológica aplicada à segurança.

A prefeitura do Rio afirmou: "A Secretaria Municipal de Ordem Pública (Seop) está avaliando algumas linhas de financiamento para aquisição de materiais pelo BNDES Segurança. Até o momento, não foi possível obter linhas de crédito que se configurem vantajosas financeiramente e ou adequadas à atuação da Seop, focada na atuação comunitária desarmada."

Em nota, o BNDES disse que o MESP trabalha na conclusão da fase interna dos processos licitatórios, na modalidade pregão eletrônico, para o primeiro conjunto de equipamentos





passíveis de financiamento no âmbito do programa, chamado de Pro-Segurança Pública. "Tão logo os procedimentos licitatórios para este primeiro conjunto de equipamentos sejam concluídos, os entes públicos interessados poderão apresentar suas propostas de financiamento para análise das instituições financeiras credenciadas a operar com o BNDES, observados os referenciais quantitativos para cada item a serem estabelecidos e divulgados pelo MESP", disse o BNDES.

O banco confirmou que uma vez que os processos licitatórios ainda serão realizados, não houve contratações ou liberações de recursos no âmbito do programa. Não está claro, até o momento, se o atraso no lançamento do edital pode fazer com que a dotação original de R\$ 5 bilhões para 2018 não seja atingida.

A expectativa do BNDES é que, concluídos os procedimentos licitatórios deste primeiro conjunto de aquisições, o MESP inicie uma segunda rodada de licitações de um novo conjunto de equipamentos, que também poderá ser financiado pelo programa.

Em relação ao calendário eleitoral, o banco informou que a lei veda a liberação de recursos em operações de crédito (equiparadas

a transferências voluntárias por parecer da Advocacia Geral da União) nos três meses que antecedem as eleições, fora algumas exceções como recursos destinados a cumprir obrigações preexistentes em obras ou serviços em andamento e também para atender a calamidade pública. "Neste sentido, não há a possibilidade de liberação de recursos no âmbito do Programa BNDES Pro-Segurança no período de julho a outubro de 2018", disse o banco, em nota.

Ainda segundo o BNDES, o Artigo 15 da Resolução nº 43 do Senado Federal veda a contratação de operações de crédito nos 120 dias anteriores ao fim do mandato do chefe do Executivo. Dessa forma, de acordo com o banco, em atendimento a essa regra, os Estados têm prazo limite até 2 de setembro para contratar novas operações de crédito. "Como não haverá eleições municipais, esta restrição não se aplica aos municípios, que podem contratar livremente até 31 de dezembro de 2018", diz a nota.

O texto acrescenta: "Para as operações contratadas com Estados até 2 de setembro e para as operações contratadas com municípios, há a possibilidade de liberação de recursos após o encerramento do período eleitoral, atendidas as demais regras previstas contratualmente."

Mais um 'jeitinho' para adiar a solução de um problema

A profusão de projetos aprovados pela Câmara e pelo Senado às vésperas do recesso parlamentar, com forte impacto negativo sobre os cofres públicos, causaria perplexidade se fosse a primeira vez que acontecesse. A prática, no entanto, se repete, principalmente em ano eleitoral. Acreditava-se, no entanto, que a criação de um teto de gastos para a União colocaria um freio nesse desatino populista. Mais uma ilusão que se desfez.

O país vive hoje uma situação surreal. Em dezembro de 2016, o Congresso aprovou um teto para os gastos da União, como forma de colocar um freio no crescimento continuado das despesas e reequilibrar as contas públicas, que estão deficitárias desde 2014. Depois que o teto entrou em vigor, os mesmos senadores e deputados passaram a criar novas despesas obrigatórias, como se uma coisa fosse compatível com a outra. É o non sense.

O mais grave, no entanto, é que os próprios parlamentares incluíram um dispositivo na emenda constitucional 95, que criou o teto de gasto, determinando que a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita seja acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Não é conhecida a estimativa feita pelos deputados sobre o impacto nos cofres públicos do marco regulatório para o transporte rodoviário. Se é que fizeram, antes de aprová-lo. Igualmente não é conhecido que os parlamentares procuraram saber se havia espaço orçamentário para a lei 13.606/2018, que parcelou os débitos dos produtores rurais com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).

Recentemente, houve um diálogo entre o presidente

da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e o deputado Júlio Lopes (PP-RJ), que dá uma ideia de como os projetos são aprovados. Os deputados estavam votando o fim da cobrança da conta de luz para famílias com renda menor ou igual a meio salário-mínimo.

Maia perguntou ao deputado Lopes, o relator da matéria, qual era o impacto da medida no orçamento. O parlamentar disse que não haveria impacto. "Há impacto em algum lugar", rebateu Maia. "Se alguém não vai pagar, outro alguém vai ter que pagar a conta." A medida deverá aumentar a conta de energia dos demais consumidores em 1,6 ponto percentual. Aqui não se discute o mérito da proposta, mas a necessidade de uma avaliação adequada das propostas que são votadas. É o mínimo que se espera dos representantes do povo.

É louvável o questionamento feito por Maia. Mas ele deveria ter perguntado também quanto custaria o parcelamento das dívidas dos produtores rurais com o Funrural ou se alguém sabia qual era o impacto das vantagens introduzidas pelos deputados no marco regulatório para o transporte rodoviário. A estimativa do governo é que o projeto aprovado custará R\$ 8,5 bilhões por ano aos cofres públicos, de acordo com entrevista do ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, ao jornal "O Estado de S. Paulo".

Na semana passada, os parlamentares deram mais uma demonstração de dissintonia com a realidade fiscal do país. Ao votar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2019, retiraram do texto o artigo colocado pelo relator da proposta, senador Dalirio Beber (PSDB-SC), que proibia novos reajustes salariais aos servidores em 2019 - além dos já concedidos e que serão pagos em janeiro - e a criação de cargos e funções





na administração pública federal.

O senador Beber tentou convencer seus pares a manter o artigo, com o argumento de que a sua intenção era reduzir o tamanho dos problemas fiscais do próximo governo. De nada adiantou. Deputados e senadores derrubaram também o artigo que reduzia em 5% os gastos em custeio administrativo em 2019.

É bom lembrar que a LDO aprovada na semana passada autoriza o governo Michel Temer a "driblar" uma regra fiscal. A Constituição determina que as operações de crédito da União não podem superar as despesas de capital, ou seja, os investimentos. O governo não tem como demonstrar que a proposta orçamentária de 2019 cumpre o dispositivo (chamado de "regra de ouro"), pois as despesas primárias superam as receitas primárias. Para contornar o problema, os senadores e deputados autorizaram o governo a incluir na proposta despesas obrigatórias no montante de R\$ 260,2 bilhões, com execução condicionada à emissão futura de títulos públicos, que somente será solicitada pelo próximo presidente em 2019. É mais um "jeitinho" brasileiro, que simplesmente adia a solução de um problema.

'Pode ser melhor adiar leilão de distribuidoras'

Por Estevão Tair e Catherine Vieira | De São Paulo



Guardia, sobre a chance de fazer o leilão de excedentes da cessão onerosa este ano: "Acho grande, porque aprovado o PL, a gente consegue fechar o acordo".

O **ministro da Fazenda, Eduardo Guardia**, pondera que pode ser melhor, no atual cenário, adiar o leilão de distribuidoras da Eletrobras, inicialmente marcado para 26 de julho e temporariamente suspenso pelo BNDES por liminar. Ele afirma que é preciso avaliar se é mais vantajoso fazer a venda das seis empresas em bloco após a aprovação do Projeto de Lei, embora apenas duas distribuidoras (Amazonas e Boa Vista) dependam efetivamente da votação. "Temos dito ao Congresso: se vocês não aprovarem esse PL, vamos ter que liquidar. A Eletrobras não vai mais prestar o serviço, as empresas já estão com a concessão vencida, em situação precária. Nunca tivemos uma situação dessas. É grave. Por isso, a privatização das distribuidoras é prioridade número

um, junto com a cessão onerosa", diz.

O início de agosto, com a volta do recesso legislativo, será crucial para aprovar esses dois projetos de lei (PLs) determinantes para viabilizar os leilões do petróleo excedente da cessão onerosa e das distribuidoras. Guardia está confiante no sucesso das duas votações. Neste cenário, vê forte chance de fazer os leilões este ano, uma vez que, "aprovado o PL, assinamos o acordo [com a Petrobras]". O ministro também avalia a política de preços dos combustíveis, que culminou na greve dos caminhoneiros: "O reajuste diário com monopólio de refino é complicado. A Petrobras precisa vender o refino".

Em meio à discussão de várias medidas que, se aprovadas, criariam novas despesas públicas bilionárias, Guardia adverte: ele e sua equipe não descumprirão em hipótese alguma a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O ministro pretende atuar como no caso das dívidas rurais, quando, após o Congresso derrubar o veto do governo, apoiou-se no TCU para embasar a decisão de não descumprir a LRF: "Voltamos aos parlamentares e falamos: precisamos de R\$ 17 bilhões para ter crédito orçamentário e fazer o que vocês mandaram. De onde querem tirar?".

Guardia lembra que as propostas ainda não foram aprovadas e é

importante discutir a "absoluta inoportunidade" da "suposta pauta-bomba". "Não questionamos a competência do Legislativo de aprovar. O que o congresso não pode fazer é não cumprir a Lei e me obrigar a realizar despesa para a qual não há orçamento. Isso não vamos fazer", afirma.

A seguir, os principais trechos da entrevista concedida na sede do Valor:

Valor: Como lidar com a pauta-bomba do Congresso?

Eduardo Guardia: As coisas não foram aprovadas. É importante chamar a atenção para a absoluta inoportunidade de fazer esse tipo de coisa neste momento. Não dá para criar despesa a esta altura do campeonato, mas a pauta não foi aprovada. Tem um lado de comunicação porque o estrangeiro lê que aprovaram R\$ 100 bilhões de gastos. Não existe isso. Há coisas lá que não têm o menor sentido.

Valor: O quê?

Guardia: A Lei Kandir, o subsídio dos caminhões. Vamos supor o pior cenário, em que se aprove um negócio desse tipo. Cairemos de novo na situação que teve com a renegociação da dívida rural, que foi um bom exemplo.

Valor: Por quê?





Guardia: O Congresso é soberano, tem direito de aprovar o que quiser, só que não tem orçamento para isso e não tem contrapartida [aumento de imposto ou corte de despesa] pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, o que fizemos? Não demos prosseguimento. O presidente Michel Temer vetou. O Congresso, então, derrubou o veto, e nós mandamos uma correspondência ao Banco do Brasil, dizendo "sim, foi aprovado, mas não temos orçamento". Voltamos ao Congresso e dissemos: "precisamos de R\$ 17 bilhões para ter crédito orçamentário e fazer o que vocês mandaram. De onde querem tirar?".

Valor: Como terminou?

Guardia: Isso criou um mal-estar porque precisa fazer conta antes de aprovar. Então, mandamos medida provisória, alterando o que foi feito na lei do Congresso. Reduzimos a despesa de R\$ 17 bilhões para R\$ 1,6 bilhão, coisa que dá para absorver neste ano. Uma coisa é R\$ 1,6 bi, outra são R\$ 17 bi. Não dá para começar a conversa assim.

Valor: Os benefícios das transportadoras já estão valendo?

Guardia: Está tramitando. É outro bom exemplo. Trata-se de um benefício tributário. Vamos dar isenção de IPI para a compra de caminhões. A LRF é clara. Para dar um benefício, tem que compensar com complemento de imposto ou redução de outro benefício, exatamente o que fizemos. O momento é importante para tentar

organizar o relacionamento entre Legislativo e Executivo.

Valor: Como se faz isso?

Guardia: Quando veio essa coisa da renegociação da dívida rural, estive com o presidente do Tribunal de Contas da União e disse a ele: "estou numa situação difícil porque, se eu cumprir a lei aprovada pelo Congresso dando o benefício, há o entendimento de que estarei descumprindo a Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal. O senhor pode me ajudar a decidir qual lei eu devo descumprir?". Ele disse: "recomendo fortemente não descumprir nem a Constituição nem a Lei de Responsabilidade Fiscal". Era o que queria ouvir. Não estamos em nenhum momento questionando a competência do Legislativo. O que o congresso não pode fazer é não cumprir a LRF e me obrigar a realizar despesa para a qual não tenho orçamento. Isso não vamos fazer.

"Congresso não pode descumprir a LRF, me obrigar a criar despesa para a qual não há orçamento. Isso não vamos fazer"

Valor: ALDO limitou prazo de cinco anos para incentivo fiscal?

Guardia: O Rota 2030 [que dá incentivos para as montadoras de automóveis], por exemplo, é um programa de incentivo, mas, a cada cinco anos, o Ministério da Indústria e Comércio vai ter a obrigação de avaliar o resultado dessa política

pública para ver se deve ou não continuar. O problema é que há vários incentivos do passado que não se pode mexer.

Valor: Por exemplo?

Guardia: Fizemos uma radiografia. No ano passado, o gasto tributário, ou seja, a renúncia fiscal, que deve ser tratada como gasto, chegou a R\$ 277 bilhões. De 2010 a 2015, esse negócio cresceu um ponto percentual do PIB. Gastamos quase 4% do PIB e precisamos avaliar quem está recebendo esse benefício e qual o retorno para a sociedade. É muito dinheiro! Temos déficit primário em torno de R\$ 150 bilhões e a média de gasto tributário dos países desenvolvidos é metade do nosso. Se estivéssemos alinhados com a média internacional, já teríamos, portanto, zerado o déficit primário.

Valor: Nos R\$ 277 bilhões estão as deduções de pessoas físicas com saúde e educação?

Guardia: Esse é outro incentivo que não tem prazo para acabar. Custa mais de R\$ 30 bilhões por ano. Mas o principal é o Simples, cuja renúncia soma R\$ 75,5 bilhões por ano. Alguém diz "Eduardo, você não quer dar benefício para a pequena empresa?". O problema é o conceito de pequena empresa no Brasil.

Valor: É diferente do de outros países?

Guardia: Na Inglaterra, o benefício é para empresas que faturam até US\$ 150 mil por ano. Aqui, para quem fatura até R\$ 4,8





milhões. A gente quer discutir, nada aqui vai ser fácil. Agora, gastar R\$ 277 bilhões por ano sem discutir como vai gastar é um erro. O mundo, e os Estados Unidos acabaram de fazer isso, está reduzindo tributação de pessoa jurídica. Saiu de 39% nos EUA para 21%. Na Europa é 20%. Na média, nos países da OCDE as empresas pagam 20% ou 21% de imposto de renda. No Brasil, 34%. Gostando ou não disso, os países convergiram para uma tributação mais baixa. Como saio de 34% e vou para 21%? Temos que começar a olhar esse tipo de coisa.

Valor: De que forma?

Guardia: Os incentivos no Brasil estão aumentando. O Simples, em 2003, gerava R\$ 19,6 bilhões de renúncia, em preços constantes. Hoje, R\$ 75,5 bilhões. A Zona Franca de Manaus saiu, no mesmo período, de R\$ 8,1 bilhões para R\$ 21,6 bilhões. Tentamos cortar essas coisas, não tem jeito, vai incomodar.

Valor: A impressão é a de que o enfraquecimento político do governo está estimulando parlamentares da própria base aliada a aprovar no Congresso aumento de gastos.

Guardia: A situação não é fácil, sabemos, mas avançamos em vários pontos, como a desoneração da folha de pessoal, que tem impacto fiscal importante; a cessão onerosa, que é extremamente importante para o país e está muito bem encaminhada; a privatização das distribuidoras de energia; o Cadastro Positivo; a duplicata eletrônica; a regra do distrato [desistência do mutuário na

compra de imóvel na planta]. A greve dos caminhoneiros é um bom exemplo. Na minha experiência de governo, foi dos momentos mais difíceis.

Valor: Por quê?

Guardia: Depois que o país parou, você precisa resolver. E a solução acabou não tendo nenhum impacto fiscal negativo neste ano. Conseguimos compensar 100% de um negócio que custou R\$ 13,5 bilhões, entre R\$ 4,5 bilhões de redução de impostos e R\$ 9 bilhões de despesa que cortamos do orçamento. Zero de impacto também no ano que vem.

Valor: O governo pensou em adotar uma política para amortecer os reajustes dos combustíveis?

Guardia: Não havia essa discussão no governo. Olha, eu não teria nenhum problema com reajuste diário dos combustíveis, desde que tivéssemos competição no refino, o que não temos. O reajuste diário com monopólio de refino é complicado porque o único tipo de competição que ele tem é do importado. Só que o importado não tem condições de chegar ao país todo. Então, a Petrobras faz um preço médio extremamente vantajoso sem deixar o importado entrar. O problema do reajuste diário começou a ficar muito sério quando o câmbio começou a andar rápido, junto com o preço do petróleo. Não era uma coisa que estava no radar de todo mundo. Foi muito rápido e, quando se viu, deu aquela confusão monumental. A Petrobras tem que

vender o refino. A decisão do Ricardo Lewandowski [ministro do STF que proibiu venda de estatais sem autorização do Congresso] também atrapalha um pouco.

Valor: Há plano B caso o leilão de venda das distribuidoras não ocorra por causa de liminares judiciais?

Guardia: Todo processo de privatização teve questionamento. O BNDES saiu com aquele fato relevante suspendendo o leilão do dia 26 porque uma liminar judicial estava em vigor. A liminar era absolutamente fraca. Estamos privatizando seis distribuidoras. Duas dependem do projeto de lei (PL) que está no Congresso: as de Manaus e Boa Vista. O PL dá um "waiver" para o desenquadramento dos padrões regulatórios relacionados a furto [gato]. Se não der e penalizar as empresas, elas não são vendáveis porque não têm valor de mercado. A autorização para o leilão das outras quatro já foi dada pelo PND (Plano Nacional de Desestatização) e o PPI (Programa de Parcerias para Investimento).

Valor: A liminar do ministro Lewandowski não afeta nesse caso?

Guardia: Pega a Petrobras e a Eletrobras na venda de ativos, na venda de controle, mas não abrange as seis distribuidoras porque elas já estão com aprovação do PND e do PPI. As três que estão com leilão marcado para o dia 26 só têm a barreira da liminar [concedida na quinta-feira] que é frágil, deve cair.





Valor: E a Ceal, distribuidora de Alagoas?

Guardia: A Ceal foi federalizada em 1998 porque o Estado quebrou, o governador renunciou, não tinha dinheiro para pagar salário. O governo federal comprou a empresa, mas Alagoas só vendeu metade porque queria vender a outra metade num leilão de privatização para arrecadar mais. Houve acordo jurídico escrito e nós nos comprometemos a privatizar. Fizemos o leilão em 1998 e deu vazio. Logo depois, o sindicato dos funcionários entra com liminar proibindo a privatização e a liminar durou até 2010. Isso ficou parado e voltamos a falar em 2016. Mas, como pagamos metade da empresa lá atrás, algo como R\$ 300 milhões, atualizado para valores de hoje é muito mais. Pelo contrato, a União é credora de Alagoas, mas o governador fala que não, que o Estado foi coagido e que, na verdade, a União deve R\$ 1,8 bilhão. Ele está no papel dele, consegui liminar no STF. Já avisei ao governador que, se não vender, vamos liquidar. Não tem saída.

"Se aprovar o PL no início de agosto, seria interessante fazer [o leilão das distribuidoras da Eletrobras] num bloco, juntas"

Valor: Se liquidar, a conta de R\$ 22 bilhões é de quem?

Guardia: Alagoas não tem nada a ver com os R\$ 22 bilhões. O conjunto das distribuidoras dá prejuízo. No PL, subimos parte da

dívida das distribuidoras para a Eletrobras, que assumiu ativos e passivos das distribuidoras. O PL autoriza a Eletrobras a assumir dívida das distribuidoras. Se deixar esses R\$ 22 bilhões de dívidas nas distribuidoras, o valor delas é zero. Não estamos vendendo para ganhar dinheiro para o Tesouro nem para a Eletrobras, é para deixar de ter prejuízo e botar o compromisso, para quem comprar, de capitalizar a empresa e voltar a prestar serviço decente. A Ceal não tem problema de dívida. Então, se não privatizar, vamos simplesmente liquidar.

Valor: Como liquidar?

Guardia: Manda os funcionários embora e diz que essa empresa Ceal não existe mais, que está em liquidação.

Valor: E quem presta o serviço?

Guardia: Vamos contratar outra empresa para prestar o serviço, provavelmente outra distribuidora da região, até que seja feita a concessão e atraia novo interessado em montar uma empresa do zero. E vai ter gente. Quem vai pagar a conta? Os funcionários e credores da atual Ceal. Agora, liquidar as seis é bem mais complicado. Por isso, me preocupa muito a liminar que impede a privatização da Ceal. Até topo continuar discutindo com o governador sobre quem é credor ou devedor, mas deixa privatizar, senão, o prejuízo vai ser muito maior.

Valor: Há interesse pela distribuidora de Manaus?

Guardia: Se aprovar o PL, que dá "waiver" para o desequilíbrio regulatório que há hoje, tirando as dívidas, sim. Manaus e Boa Vista, sem o PL, não dá para fazer.

Valor: Não havendo o leilão, o governo vai prorrogar o prazo para liquidar ou liquida já?

Guardia: Essa é nossa preocupação, que temos dito ao Congresso. Se não aprovar esse PL, vamos ter que liquidar, porque a Eletrobras não vai mais prestar os serviços e as empresas já estão com a concessão vencida, em situação precária. Nunca tivemos uma situação dessas. Por isso, botamos a privatização das distribuidoras como a prioridade, junto com a concessão onerosa. Podemos leiloar no dia 26 Cepisa, Ceron e Eletroacre, sem o PL, mas tem que derrubar a liminar da semana passada e ainda vamos decidir se faremos no dia 26 ou esperar pela aprovação do PL, em agosto, com o leilão das seis.

Valor: O prazo de liquidação não terá de ser adiado?

Guardia: O prazo é fim de julho, mas hoje isso não é um problema. Uma coisa é você pedir para adiar o prazo da liquidação com a lei já quase aprovada, sabendo que o problema será resolvido. Outra é ficar adiando sem ter nada andando. Se tiver que adiar para agosto para ter mais tempo, não é um problema. É uma decisão nossa. Temos que avaliar se o mercado estará pronto para entrar no leilão do dia 26.

Valor: E a cessão onerosa?





Guardia: Interessa a todos. Foi uma negociação extremamente complexa, não é fácil entender. O contrato tinha muitas zonas cinzentas. Avançamos enormemente no entendimento.

Valor: *Qual foi o entendimento?*

Guardia: Combinamos que vamos fazer o melhor para o país e para a Petrobras. Há algumas questões do contrato que permanecem sem muita clareza e, portanto, esse PL que está no Congresso permite dar a segurança jurídica para que possamos assinar o contrato, com toda a transparência e responsabilidade. Por essa razão, desde o começo da discussão, trouxemos o TCU para o grupo de trabalho, não com voz para decidir, mas para acompanhar a complexidade do tema. Fizemos uma discussão técnica, benfeita, extremamente complicada. A coisa mais fácil é vir alguém depois e falar que estava errado, que era para fazer assim ou assado. Temos uma enorme responsabilidade para assinar esse aditivo.

Valor: *O governo pode fazer o leilão de excedentes de petróleo da cessão onerosa sem ter um acordo completo com a Petrobras?*

Guardia: Acho errado. O campo de petróleo é um só. A Petrobras já tem cinco plataformas praticamente prontas, a primeira já está operacional. Empresas privadas vão prospectar o mesmo campo, com a Petrobras litigando com o governo? É preciso ter bom senso.

Valor: *Qual a chance de o leilão ocorrer neste ano?*

Guardia: Grande porque, aprovado o PL, a gente consegue fechar o acordo. O Ivan Monteiro [presidente da Petrobras] falou claramente que o PL é importante para dar segurança jurídica à negociação.

Valor: *O Ministério da Fazenda reduziu para 1,6% a previsão de alta do PIB neste ano; há economistas falando em 1%.*

Guardia: O que gerou um pouco de incerteza é que juntou essa questão de um ambiente externo

pior, incertezas, eleição, com a greve dos caminhoneiros. A questão da greve foi muito intensa. É tudo muito recente. Alguns dados já mostram alguma melhora. Papel ondulado vinha estável e despencou na crise, mas já voltou. Carga de energia elétrica: exatamente a mesma coisa, também já voltou. Produção de veículos leves e pesados: está tudo em "V". É muito interessante. A gente falava que o efeito da crise [da greve dos caminhoneiros] era transitório e de fato está sendo. O fluxo de pedágio de veículos pesados voltou. Pegamos índice de preços ao consumidor, uma média de sete dias: antes da crise, em 21 de maio, foi lá para cima, mas já voltou ao normal. Alimentação no domicílio foi a mesma coisa. O efeito na produção e na inflação era transitório.

Valor: *E a mudança na Lei das Estatais?*

Guardia: É um absurdo, uma coisa que deveríamos ser muito fortes para reverter. Foi um enorme ganho a Lei das Estatais. Se a gente reverter a lei para que possa colocar filiado político, parente, será um enorme retrocesso. Temos que bater muito forte nesse gócio.

ANDREZA MATAIS

Parlamentares querem teto salarial de R\$ 38 mil

Cresce no Congresso uma articulação para elevar os salários dos deputados e dos senadores para a próxima legislatura. Participam do debate alguns ministros do Supremo insatisfeitos com a decisão da presidente da Corte, Cármen Lúcia, de não propor aumento novamente para o próximo ano. Uma proposta que vem sendo debatida, ainda de forma reservada, é passar o teto constitucional dos atuais R\$ 33,7 mil para R\$ 38 mil. O reajuste de R\$ 4,3 mil é justamente o valor do auxílio-moradia, que seria incorporado aos vencimentos dos magistrados.

» **Apagar das luzes.** O último aumento do teto constitucional foi aprovado em dezembro de 2014, quando o salário de ministros do STF subiu de R\$ 29,4 mil para R\$ 33,7 mil. O Congresso quer colocar o reajuste em votação após as eleições, quando vencerem nas urnas.

» **Dedos cruzados.** Não é apenas entre investigados da Lava Jato que há expectativa quanto à chegada do ministro Dias Toffoli na presidência do Supremo.

Servidores também apostam que Toffoli irá se diferenciar da atual presidente da Corte, Cármen Lúcia, com uma gestão mais corporativista.

» **Libera geral.** Muitas demandas da magistratura estão sendo reprimidas à espera da chegada de Toffoli, em setembro. Entre elas, a criação de cinco Tribunais Regionais Federais. Cármen Lúcia chegou a pautar o tema neste mês, mas o relator Luiz Fux pediu a retirada.

» **Cobertor curto.** Juízes federais calculam que os recursos para perícias médicas nos tribunais podem acabar em agosto. Nota técnica assinada pelo desembargador Marco Bruno mostra que a despesa saltou com a política do governo federal de pente-fino nos benefícios do INSS.

» **Aos números.** Em 2015, gastou-se R\$138 milhões. Em 2018, a projeção é que chegue a R\$ 200 milhões. A Associação dos Juízes Federais se reunirá com INSS, Ministério do Planejamento e OAB para encontrar uma maneira de evitar a judicialização desses casos.